REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RORAIMA

# CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

**Processo Nº.** 025/99

PROJETO DE LEI Nº.: 025, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.

DISPÕE SOBRE: CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÊ

TRANSFORMADO EM Lei Municipal.

LEI Nº. 497, de 21 de dezembro de 1999.

PUBLICADA (O) NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE BOA VISTA.
Nº 381 de 22/12/99
PÁG. 03

DIRETORA

1º SECRETÁRIO

Just. Educ. Finanças

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO 31/08/99
1º Secretário

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*Gabinete da Vereadora*
***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***
PROCESSO Nº 049/99

**PROJETO DE LEI No.** 025 **, de de** AGOSTO **DE 1999.**

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATADAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA aprovou e eu promulgo a seguinte:**

**LEI :**

**Artigo 1°** – Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito, o Conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:

I – formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

II – estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;

III – propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

IV – incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

V - estimular a elaboração de projetos que tenham em mira a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;

VI – examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos; e

VII - elaborar seu regimento interno.

Ao Dept. Apoio Legislativo
p/ Providencias
Em: 27/08/99

Sônia Ma. Bacelar Ferreira
PRESIDENTE

**Artigo 2º** – O Conselho Municipal do Idoso será composto por 12 (doze) membros designados pelo prefeito, preferencialmente idosos, sendo:

I – 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

II – 3 (três) representantes de secretarias municipais – Saúde, Educação, e Desenvolvimento Social;

III – 1 (um) representante da Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima.

IV – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, que integrem grupos organizados da terceira idade; e

V – 3 (três) representantes de entidades ou associações que se dediquem à trabalhos com idosos.

**Parágrafo 1º** – Os Conselheiros de que trata o inciso II e III serão indicados pelos titulares de cada área dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos dos idosos.

**Parágrafo 2º** – Os Conselheiros de que trata o inciso IV serão indicados, de preferência, pelos grupos de terceira idade, dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertencem.

**Parágrafo 3º** – Os membros do Conselho não serão remunerados, considerado seu trabalho, porém, como serviço público relevante.

**Parágrafo 4º** – O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

**Parágrafo 5º** – Os membros do Conselho poderão ser dispensados a qualquer tempo, a pedido ou a critério do prefeito.

**Artigo 3º** – O presidente do Conselho, escolhido entre seus membros, será designado pelo prefeito.

**Artigo 4º** – A primeira designação dos membros do Conselho dar-se-á dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei.

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*Gabinete da Vereadora*
***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***

**Artigo 5º** – Outras normas de organização do Conselho poderão ser definitivas em decreto.

**Artigo 6º** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**"PLENÁRIO ESTÁCIO PEREIRA DE MELO"**

Boa Vista-RR, 23 de Agosto de 1999.

Otília Natália P. Latgé

**OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ**
**Vereadora**

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
*Gabinete da Vereadora*
***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***

**JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto tem por base iniciativas semelhantes já adotadas em outros Estados e Municípios brasileiros, não cria novas despesas para o município, e foi alicerçado nos seguintes principais pontos:

a)Os avanços sociais só se realizam a partir de bases organizadas e participativas, fundamentais ao desenvolvimento da democracia e para construção de uma sociedade mais justa, livre e sem discriminações de qualquer espécie.

b) É cada vez maior o número de idosos em nosso município, o que torna urgente a organização de um fórum capaz de discutir e formular políticas apropriadas, que traduzam as necessidades e os anseios deste importante segmento da população .

c) O idoso não é diferente da população em geral. Sua experiência é indispensável ao debate político, e, consequentemente, à democracia.

d) É necessário buscar não só a melhoria circunstancial das condições de vida das pessoas idosas, mas um crescimento social mais abrangente, que busque qualidade de vida compatível com o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico deste final de século.

À Sua Excelência a Senhora
Vereadora **SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA**
Digníssima Presidente da Câmara de Vereadores de Boa Vista – RR.
**NESTA**

ESTADO DE RORAIMA

**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

*Gabinete da Vereadora*

***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***

A matéria objeto do presente projeto de Lei é de competência da Câmara Municipal , nos termos do Art. 15, inc. I "a", combinado com o Art. 157, inc. I e III, e Art 158 da Lei Orgânica do Município de Boa Vista.

Otília Natália P. Latgé

**OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ**

**Vereadora - PTB**

LIDO NO EXPEDIENTE
SESSÃO 31/07/99
1º Secretário

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*Gabinete da Vereadora*
***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***
PROCESSO Nº 049/99

**PROJETO DE LEI No.** 025 **, de de** AGOSTO **DE 1999.**

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATADAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA aprovou e eu promulgo a seguinte:**

**LEI :**

**Artigo 1° – Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito, o Conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:**

**I – formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;**

**II – estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;**

**III – propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;**

**IV – incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;**

**V - estimular a elaboração de projetos que tenham em mira a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;**

**VI – examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos; e**

**VII - elaborar seu regimento interno.**

**Artigo 2º** – O Conselho Municipal do Idoso será composto por 12 (doze) membros designados pelo prefeito, preferencialmente idosos, sendo:

I – 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

II – 3 (três) representantes de secretarias municipais – Saúde, Educação, e Desenvolvimento Social;

III – 1 (um) representante da Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima.

IV – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, que integrem grupos organizados da terceira idade; e

V – 3 (três) representantes de entidades ou associações que se dediquem à trabalhos com idosos.

**Parágrafo 1º** – Os Conselheiros de que trata o inciso II e III serão indicados pelos titulares de cada área dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos dos idosos.

**Parágrafo 2º** – Os Conselheiros de que trata o inciso IV serão indicados, de preferência, pelos grupos de terceira idade, dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertencem.

**Parágrafo 3º** – Os membros do Conselho não serão remunerados, considerado seu trabalho, porém, como serviço público relevante.

**Parágrafo 4º** – O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

**Parágrafo 5º** – Os membros do Conselho poderão ser dispensados a qualquer tempo, a pedido ou a critério do prefeito.

**Artigo 3º** – O presidente do Conselho, escolhido entre seus membros, será designado pelo prefeito.

**Artigo 4º** – A primeira designação dos membros do Conselho dar-se-á dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei.

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*Gabinete da Vereadora*
***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***

**Artigo 5º – Outras normas de organização do Conselho poderão ser definitivas em decreto.**

**Artigo 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**"PLENÁRIO ESTÁCIO PEREIRA DE MELO"**

**Boa Vista-RR, 23 de Agosto de 1999.**

Otília Natália P. Latgé

**OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ**
**Vereadora**

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
*Gabinete da Vereadora*
***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***

**JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto tem por base iniciativas semelhantes já adotadas em outros Estados e Municípios brasileiros, não cria novas despesas para o município, e foi alicerçado nos seguintes principais pontos:

a)Os avanços sociais só se realizam a partir de bases organizadas e participativas, fundamentais ao desenvolvimento da democracia e para construção de uma sociedade mais justa, livre e sem discriminações de qualquer espécie.

b) É cada vez maior o número de idosos em nosso município, o que torna urgente a organização de um fórum capaz de discutir e formular políticas apropriadas, que traduzam as necessidades e os anseios deste importante segmento da população .

c) O idoso não é diferente da população em geral. Sua experiência é indispensável ao debate político, e, consequentemente, à democracia.

d) É necessário buscar não só a melhoria circunstancial das condições de vida das pessoas idosas, mas um crescimento social mais abrangente, que busque qualidade de vida compatível com o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico deste final de século.

À Sua Excelência a Senhora
**Vereadora SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA**
Digníssima Presidente da Câmara de Vereadores de Boa Vista – RR.
**NESTA**

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

***Gabinete da Vereadora***
***OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ***

A matéria objeto do presente projeto de Lei é de competência da Câmara Municipal , nos termos do Art. 15, inc. X "a", combinado com o Art. 157, inc. I e III, e Art 158 da Lei Orgânica do Município de Boa Vista.

Otília Natália P. Latgé

**OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÉ**
**Vereadora - PTB**

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
***COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL***

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
A Comissão de Justiça e Redação para emitir parecer.
Em, 1º / 09 / 99
PRESIDENTE

prazo de devolução 10 dias

**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

**SALA DAS COMISSÕES**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PARECER DO PROJETO DE LEI N º 025
DE 23 DE AGOSTO DE 1.999

**RELATOR**: Ver: NATANAEL ALVES DO NASCIMENTO
**RELATÓRIO**

Ao avocar para emitir parecer, quanto ao Projeto de Lei n º 025 de 23 de Agosto de 1999, que . **"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" O**pino favoravelmente, visto que não contraria o Regimento Interno, nem a Constituição Federal.

É o Parecer.

NATANAEL NASCIMENTO
VEREADOR

**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

**SALA DAS COMISSÕES**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO , JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DA COMISSÃO

Parecer : PROJETO DE LEI N º 025 DE 23 DE SETEMBRO DE 1999

**"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

A Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, Adota e Recomenda o Parecer do Relator ao Projeto de Lei n º 025 de 23 de Agosto de 1.999.

NATANAEL NASCIMENTO
Presidente

EUGÊNIA GALUCY
Secretária

OTONIEL FERREIRA
Membro

**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
**SALA DAS COMISSÕES**
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO , JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

ATA

Aos oito dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, às nove horas, na Sala das Comissões, desta Casa Legislativa, reuniu-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Vereador NATANAEL NASCIMENTO, Secretária Vereadora EUGÊNIA GLAUCY e o Membro Vereador OTONIEL FERREIRA DE SOUZA, para apresentarem o Parecer do Relator Vereador NATANAEL NASCIMENTO, dado ao Projeto de Lei nº 025 de 23 de Agosto de 1.999. **"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"** Aberto os trabalhos o Senhor Presidente determinou à Secretária que fizesse a leitura do Parecer, em seguida o mesmo colocou em Votação a matéria, tendo recebido Parecer Favorável. Nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual EUGÊNIA GLAUCY, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim e por todos assinada.

Sala das Comissões, Câmara Municipal de Boa Vista, 08 de Setembro de 1.999

NATANAEL NASCIMENTO
Presidente

EUGÊNIA GLAUCY
Secretária

OTONIEL FERREIRA
Membro

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
A Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social para emitir parecer.
Em, 16 / 09 / 99
PRESIDENTE

Prazo p/ devolução
dia 26/09/99

À Vereadora Maria de Lourdes Ribeiro para emitir parecer.
Em 17.09.99

Cristina Daim
VEREADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Senhora Presidente,

Tendo sido designada para emitir o Parecer desta Comissão, de acordo com o inciso III, do art.69, do Regimento Interno desta Casa, sobre o Projeto de Lei n.º 25/99, de autoria da vereadora Otília Pinto; nos posicionamos de modo favorável à sua aprovação, tendo em vista o que dispõe o art. 30, I, da C.F. e os arts. 15, I, "a", 157, II e III da Lei Orgânica do município de Boa Vista.

É o Parecer, s.m.j.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO
Relatora

ESTADO DE RORAIMA
Câmara Municipal de Boa Vista
Comissão Cult. Saúde e Assist. Social

## Parecer da Comissão

A Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, adota e recomenda o Parecer da senhora relatora.

**Sala das Comissões, Câmara Municipal de Boa Vista - RR, 06 de outubro de 1999.**

**Maria de Lourdes Pinheiro**
Membro

**Eugênia Glaucy M. Ferreira**
Secretária

**Cristina Paim**
Presidente

ESTADO DE RORAIMA
**Câmara Municipal de Boa Vista**
**Comissão Cult. Saúde e Assist. Social**

**ATA**

AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE ÀS 16:30 HORAS EM UMA DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, REUNIU-SE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SOB A PRESIDÊNCIA DA VEREADORA CRISTINA PAIM, SECRETÁRIA A VEREADORA EUGÊNIA GLAUCY MOURA FERREIRA E COMO MEMBRO MARIA DE LOURDES PINHEIRO, PARA APRECIAREM O PARECER DA RELATORA VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO, DADO AO PROJETO DE LEI Nº 025/99, DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO, O QUAL DISPÕE SOBRE: " **CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."** ABERTO OS TRABALHOS, A SENHORA PRESIDENTE DETERMINOU À SENHORA SECRETÁRIA QUE FIZESSE A LEITURA DO PARECER, EM SEGUIDA, A MATÉRIA FOI COLOCADA EM VOTAÇÃO TENDO RECEBIDO PARECER FAVORÁVEL. NADA MAIS A TRATAR, A SENHORA PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO DA QUAL EU , EUGÊNIA GLAUCY MOURA FERREIRA, LAVREI A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI POR MIM E POR TODOS ASSINADA.

SALA DAS COMISSÕES, CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA- RR, 06 DE OUTUBRO 1999.

**MARIA DE LOURDES PINHEIRO**
MEMBRO

**EUGÊNIA GLAUCY M. FERREIRA**
SECRETÁRIA

**CRISTINA PAIM**
PRESIDENTE

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
***COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO***

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
À Comissão de Finanças e
Orçamentos para emitir parecer.
Em, 18 / 10 / 1999
PRESIDENTE

Obs: o presente processo foi recebido em 11/11/99 ...

Ao Vereador Jaime Bento para
devida parecer.

Em 11/11/99.

Jader Barbalho
Presidente

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

# PROJETO DE LEI N.º 025, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.

## PARECER DO RELATOR

DISPÕE SOBRE: **CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PROCESSO N.º 025/99**
**RELATOR: VEREADOR PARIMÉ BRASIL**

**SENHOR PRESIDENTE,**

**O PROJETO DE LEI N.º 025 DE 23 DE AGOSTO DE 1.999, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.**

**AO ANALIZÁ-LO, CONSTATAMOS DA NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS EMENDAS MODIFICATIVAS AOS ARTIGOS 1º , 2º , E SEUS , PARÁGRAFOS 2º E 5º E ARTIGOS 3º 4º 5º E 6º, E AINDA, COM EMENDAS ADITIVAS, O ACRESCIMO DO PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º E CRIAÇÃO DO ART. 7º.**

**O OBJETIVO DAS EMENDAS É DAR FORMA, DEMOCRATIZAR E TORNAR O PROJETO DE LEI MAIS ÁGIL E EZEQUÍVEL, POIS ENTENDEMOS TER A LEI A FINALIDADE DE DAR CONDIÇÕES REAIS E ABRANGENTES AOS CIDADÕES.**

**CREMOS QUE, AS EMENDAS NÃO DESCARECTERIZAM E NEM MUDAM O SENTIDO E AFINALIDADE DA AÇÃO DO CONSELHO. POR ESTAS RAZÕES, ESPERAMOS SUA APROVAÇÃO.**

**É O PARECER**

**BOA VISTA- RR, 11 DE NOVEMBRO DE 1.999.**

**PARIMÉ BRASIL**
**RELATOR**

ESTADO DE RORAIMA
*CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA*
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

# PARECER DA COMISSÃO

**A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO , *REUNIDA NESTA DATA, RECOMENDA, ADOTA E APROVA* O PARECER DO RELATOR, COM AS EMENDAS MODIFICATIVAS E ADITIVAS AO PROJETO DE LEI N.º 25 DE 23 DE AGOSTO DE 1999.**

**SALA DAS COMISSÕES, CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA-RR, 11 DE NOVEMBRO DE 1999.**

**JADER LINHARES**
PRESIDENTE

**MARIA DA CONCEIÇÃO VENTURA**
SECRETÁRIA

**PARIME BRASIL**
MEMBRO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

# ATA

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE, ÀS 16:00 HORAS EM UMA DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, REUNIU-SE A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO EM CARATER EXTRAORDINÁRIO, SOB A PRESIDENDÊNCIA DO VEREADOR JADER LINHARES, SECRETÁRIA MARIA DA CONCEIÇÃO VENTURA, E O MEMBRO VEREADOR PARIMÉ BRASIL, PARA APRECIAREM O PARECER DO RELATOR VEREADOR PARIMÉ BRASIL, DADO AO PROJETO DE LEI N.º **025/99**, DE AUTORIA DA VEREADORA **OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÊ**, O QUAL DISPÕE SOBRE: **CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** ABERTO OS TRABALHOS O SR. PRESIDENTE DETERMINOU À SECRETÁRIA QUE FIZESSE A LEITURA DO PARECER, EM SEGUIDA O MESMO COLOCOU EM VOTAÇÃO A MATÉRIA, TENDO SIDO APROVADO O PARECER DO RELATOR E AS EMENDAS MODIFICATIVAS E ADITIVAS, APRESENTADAS. NADA MAIS A TRATAR, O SENHOR PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO DA QUAL EU MARIA DE LOURDES PINHEIRO , LAVREI A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI POR MIM E POR TODOS ASSINADA.

**SALA DAS COMISSÕES, CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA-RR, 12 DE NOVEMBRO DE 1999.**

**JADER LINHARES**
PRESIDENTE

**MARIA DA CONCEIÇÃO VENTURA**
SECRETÁRIA

**PARIMÉ BRASIL**
MEMBRO

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
**Gabinete do Vereador Parimé Brasil**

# PROJETO DE LEI N.º 025. DE 23 DE 08 DE 1999

## EMENDA MODIFICATIVA : 001/99

Nos termos do § 5 do Art.º 119 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, proponho sejam modificados os artigos 1º , 2º e seus - Parágrafos 2º e 5º e Artigos - 3º - 4º - 5º e 6º do Projeto de Lei N.º 025 de 23 de agosto de 1999, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado, o conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:

I - ...
II - ...
⋮
VII - ...

Art. 2º - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 12 ( doze ) membros nomeados pelo Prefeito, sendo:

**I - ...**
⋮
**V - ...**

**§ 2º do Art. 2º:**

**§ 2º** - Os conselheiros de que trata o inciso IV e V serão indicados pelos grupos de terceira idade dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertencem.

O § 5º do Art. 2º:

§ 5º - Os membros do Conselho perderão o mandato a qualquer tempo, a pedido ou se faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas.

Art. 3º - O Presidente e o Secretário do Conselho, serão eleitos entre seus membros, conforme indicação constando dos itens I a V do Art. 2º da presente Lei.

Art. 4º - A posse do primeiro Conselho Municipal de Idosos dar - se - á dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 5º - Fica o poder executivo autorizado, por Decreto, para no prazo de 60 (sessenta) dias, emitir normas de organização do Conselho e regulamentar a presente Lei.

Art. 6º - O Conselho Municipal do Idoso fica ligado diretamente ao gabinete do Prefeito Municipal.

Boa Vista, 11 de novembro de 1999.

PARIMÉ BRASIL
VEREADOR

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 001

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | | |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | | |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | | |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | | |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | | |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | | |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | | |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | | |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | | |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | | |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | | |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | | |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | | |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | | |
| | TOTAL | | |

Sônia Bacelar
Presidente

1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 002

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | | |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | | |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | | |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | | |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | | |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | | |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | | |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | | |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | | |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | | |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | | |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | | |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | | |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | | |
| | TOTAL | | |

VOTAÇÃO SIMBÓLICA
Sônia Bacelar
Presidente

1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 003

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADORA PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | | |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | | |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | | |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | | |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | | |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | | |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | | |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | | |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | | |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | | |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | | |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | | |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | | |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | | |
| | TOTAL | | |

VOTAÇÃO SIMBÓLICA
Sônia Bacelar
Presidente

1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 004

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | | |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | | |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | | |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | | |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | | |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | | |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | | |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | | |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | | |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | | |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | | |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | | |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | | |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | | |
| | TOTAL | | |

VOTAÇÃO SIMBÓLICA
Sônia Bacelar
Presidente

1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 005

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | | |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | | |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | | |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | | |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | | |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | | |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | | |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | | |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | | |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | | |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | | |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | | |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | | |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | | |
| | TOTAL | | |

VOTAÇÃO S.M. ÓLICA
Sônia Bacelar
Presidente

1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 006

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | _____ | _____ |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | _____ | _____ |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | _____ | _____ |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | _____ | _____ |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | _____ | _____ |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | _____ | _____ |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | _____ | _____ |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | _____ | _____ |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | _____ | _____ |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | _____ | _____ |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | _____ | _____ |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | _____ | _____ |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | _____ | _____ |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | _____ | _____ |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | _____ | _____ |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | _____ | _____ |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | _____ | _____ |
| | TOTAL | | |

VOTAÇÃO ÚNICA
Sônia Bacelar
Presidente

_____
1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 007

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR. PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | _____ | _____ |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | _____ | _____ |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | _____ | _____ |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | _____ | _____ |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | _____ | _____ |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | _____ | _____ |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | _____ | _____ |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | _____ | _____ |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | _____ | _____ |
| **- Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | _____ | _____ |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | _____ | _____ |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | _____ | _____ |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | _____ | _____ |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | _____ | _____ |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | _____ | _____ |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | _____ | _____ |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | _____ | _____ |
| | TOTAL | | |

_____
1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** MODIFICATIVA Nº 008

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | _____ | _____ |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | _____ | _____ |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | _____ | _____ |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | _____ | _____ |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | _____ | _____ |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | _____ | _____ |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | _____ | _____ |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | _____ | _____ |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | _____ | _____ |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | _____ | _____ |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | _____ | _____ |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | _____ | _____ |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | _____ | _____ |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | _____ | _____ |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | _____ | _____ |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | _____ | _____ |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | _____ | _____ |
| | TOTAL | | |

_____
1º SECRETÁRIO

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
**Gabinete do Vereador Parimé Brasil**

# PROJETO DE LEI N.º 025. DE 23 DE 08 DE 1999

**EMENDA ADITIVA** : 001/99

Nos termos do **§ 4º do** Art. 119 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, proponho seja acrescido ao Art. 2º do Projeto de Lei N.º 025 de 23 de agosto de 1999, o parágrafo único o qual passará a vigorar com a seguinte redação.

**§ Único - Entende - se por idoso os que tiverem mais de 60 anos.**

Boa Vista, 11 de novembro de 1999.

PARIMÉ BRASIL
VEREADOR

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** ADITIVA Nº 001

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR PARIMÉ BRASIL

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | | |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | | |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | | |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | | |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | | |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | | |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | | |
| **- Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | | |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | | |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | | |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | | |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | | |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | | |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | | |
| | TOTAL | | |

VOTAÇÃO SIMBÓLICA
Sônia Bacelar
Presidente

1º SECRETÁRIO

ESTADO DE RORAIMA
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
**Gabinete do Vereador Parimé Brasil**

**PROJETO DE LEI N.º 025. DE 23 DE 08 DE 1999**

**EMENDA ADITIVA** : 002/99

Nos termos do **§ 4º do** Art. 119 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, proponho seja criado o Art. 7º, ao Projeto de Lei N.º 025 de 23 de agosto de 1999, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista, 11 de novembro de 1999.

PARIMÉ BRASIL
VEREADOR

# JUSTIFICATIVA

Não resta dúvida que a idéia de criar o Conselho Municipal do Idoso é de grande valia. Contribui consideravelmente para que o município possa, com mais esta entidade de classe, com representantes dos que possuem mais experiência de vida e que inegavelmente já deram a contribuição efetiva ao nosso desenvolvimento, venha a Prefeitura dar toda e qualquer assistência aos idosos, através do Conselho.

O objetivo das Emendas apresentadas (Modificativas e Aditivas) é dar forma ao Projeto, tornando-o mais democrático, tirando - o da submissão do gabinete do Prefeito, sem contudo tirar a autoridade do Alcaide.

As indicações de nomes, para comporem o Conselho, bem com para demissão, a nosso ver (S. M. J) não pode ficar restrito a vontade de uma só pessoa. Há necessidade de serem indicados pelas suas representações, a exemplo do que ocorre com os itens I - II e III do Art. 2° onde o gabinete do Prefeito, os Secretários e a FECEC indicam seus representantes.

Por estas razões é que fizemos as Emendas Modificativas e Aditivas que esperamos sejam aprovadas pela Comissão de Finanças e Orçamento, bem como pelo Plenário desta Augusta Casa, pois entendemos que a redação proposta inicialmente, submete, literalmente o Conselho dos Idosos, ao Prefeito Municipal e, como toda Associação de classe deve desde sua fundação ou instalação ser participativa ( com membros do poder público e sociedade civil) e principalmente ser independente em suas propostas e ações, e, como cremos deve a Lei ser abrangente, e sobre tudo democrática feita não só para o momento atual, e sim para o futuro, é que apresentamos as emendas acima.

Boa Vista, 11 de novembro de 1999.

PARIME BRASIL
VEREADOR

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA** 19 **DE** NOVEMBRO **DE 1999.**

**EMENDA** ADITIVA Nº 002

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 025/99 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** VEREADOR PARIMÉ BRASIL.

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | | |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | | |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | | |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | | |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | | |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | | |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | | |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | | |
| **10 Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | | |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | | |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | | |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | | |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | | |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | | |
| | TOTAL | | |

VOTAÇÃO SIMBÓLICA
Sônia Bacelar
Presidente

1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1999

**PROJETO DE LEI**: 025/99

**EMENTA:** Cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

**AUTOR**: OTÍLIA PINTO

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | S | — |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | S | — |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPS | S | — |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | S | — |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | S | — |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | FALTOU | |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | S | — |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | S | — |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | S | — |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PFL | S | — |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PST | S | — |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | S | — |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | S | — |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PPS | S | — |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | NÃO VOTA FOI | |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PST | FALTOU - JUSTIFICADA | |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PST | S | — |
| | TOTAL | 14 | 00 |

1º SECRETÁRIO

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Projeto de Lei do Leg. nº 025, de 23 de agosto de 1999.
Processo nº 025/99

# REDAÇÃO FINAL

DISPÕE SOBRE: "CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º- Fica criado o Conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:

I - formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

II - estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;

III - propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

IV - incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

V - estimular a elaboração de projetos que tenham em mira a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;

VI - examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos; e

VII - elaborar seu regimento interno.

Art. 2º - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 12 (doze) membros nomeados pelo Prefeito, sendo:

I - 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

II - 3 (três) representantes de Secretarias municipais - Saúde, Educação e Desenvolvimento Social;

III - 1 (um) representante da Fundação de Educação Ciência e Cultura de Roraima;

IV - 4 (quatro) representantes da sociedade civil, que integrem grupos organizados da terceira idade; e

V - 3 (três) representantes de entidades ou associações que se dediquem à trabalhos com idosos.

Parágrafo 1º - Os Conselheiros de que trata o inciso II e III serão indicados pelos titulares de cada área dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos do idoso.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros de que trata o inciso IV e V serão indicados, pelos grupos de terceira idade, dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertencem.

Parágrafo 3º - Os Membros do Conselho não serão remunerados, considerando seu trabalho, porém, como serviço público relevante.

Parágrafo 4º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Parágrafo 5º - Os Membros do Conselho perderão o mandato a qualquer tempo, a pedido ou se faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas.

Parágrafo 6º - Entende-se por idoso os que tiverem mais de 60 anos.

Art. 3º - O Presidente e o Secretário do Conselho, serão eleitos entre seus membros, conforme indicação constando dos itens I a V do Art. 2º da presente Lei.

Art. 4º - A posse do primeiro Conselho Municipal de Idoso dar-se-á dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado, por Decreto, para no prazo de 60 (sessenta) dias, emitir normas de organização do Conselho e regulamentar a presente Lei.

Art. 6º - O Conselho Municipal do Idoso fica diretamente ligado ao gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "Estácio Pereira de Melo" Boa Vista RR, 22 de novembro de 1999.

Sônia Bacelar
Presidente

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
*DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO*

# FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA DE DE 1999

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI. Nº 025 DE 23 DE AGOSTO DE 1999

**EMENTA:** CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**UTOR:** OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATIGÊ.

## ÚNICA VOTAÇÃO

| NOMES | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| **01 - ALFONSO RODRIGUES** | PTB | _____ | _____ |
| **02 - ANTÔNIO B. MARQUES** | PT | _____ | _____ |
| **03 - BRAZ BENHCK** | PPB | _____ | _____ |
| **04 - EUGÊNIA GLAUCY** | PMDB | _____ | _____ |
| **05 - ILKA MALLA** | PMDB | _____ | _____ |
| **06 - JADER LINHARES** | PPB | _____ | _____ |
| **07 - JOSÉ IVANILDO** | PTB | _____ | _____ |
| **08 - JESUS LARANJEIRA** | PSDB | _____ | _____ |
| **09 - Mª DE LOURDES PINHEIRO** | PPB | _____ | _____ |
| **10 - Mª DA CONCEIÇÃO** | PDT | _____ | _____ |
| **11 - NATANAEL NASCIMENTO** | PPB | _____ | _____ |
| **12 - OTONIEL F. DE SOUZA** | PSDB | _____ | _____ |
| **13 - OTÍLIA PINTO** | PTB | _____ | _____ |
| **14 – PARIMÉ BRASIL** | PSDB | _____ | _____ |
| **15 - SÔNIA BACELAR** | PMDB | _____ | _____ |
| **16 - TERESA CRISTINA PAIM** | PSDB | _____ | _____ |
| **17 – VANTAN PRAXEDES** | PSL | _____ | _____ |
| | TOTAL | | |

1º SECRETÁRIO

**ESTADO DE RORAIMA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

**Ofício N º 272/99 – DAL**

**Boa Vista – RR, 01 de dezembro de 1999**

***Senhor Prefeito,***

***Cumprimentando Vossa Excelência, encaminhamos em anexo, as Redações Finais dos Projetos de Leis nºs 021/98 e 013/99, de autoria do Poder Executivo e nºs 011, 019, 025 e 029/99, de autoria dos Vereadores Ilka Malla, Eugênia Glaucy, Otoniel Ferreira de Souza e Otília Pinto, aprovados nas Sessões Ordinárias dos dias 30 de novembro e 01 de dezembro do corrente ano, para as devidas providências.***
***Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevada consideração.***

**SÔNIA BACELAR**
**Presidente**

**Excelentíssimo Senhor**
**OTTOMAR DE SOUSA PINTO**
**DD. Prefeito do Município de Boa Vista**
**Palácio 09 de Julho**

PMBV–CH.GAB.
PROTOCOLO
Data: 03/12/99
Hora: 9:40
Recebedor

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 497 , DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.**

***DISPÕE SOBRE: "CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR**, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**L E I:**

**Art. 1º-** Fica criado o Conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:

**I** – formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

**II** – estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;

**III** – propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

**IV** – incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

**V** – estimular a elaboração de projetos que tenham em mira a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;

**VI** – examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos;

**VII** – elaborar seu regimento interno.

**Art. 2º** - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 12 (doze) membros nomeados pelo Prefeito, sendo:

I – 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

II – 3 (três) representantes de Secretarias municipais – Saúde, Educação e Desenvolvimento Social;

III – 1 (um) representante da Fundação de Educação Ciência e Cultura de Roraima;

IV – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, que integrem grupos organizados da terceira idade; e

V – 3 (três) representantes de entidades ou associações que se dediquem à trabalhos com idosos.

**Parágrafo 1º** - Os Conselheiros de que trata o inciso II e III serão indicados pelos titulares de cada área dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos do idoso.

**Parágrafo 2º** - Os Conselheiros de que trata o inciso IV e V serão indicados, pelos grupos de terceira idade, dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertencem.

**Parágrafo 3°** - Os Membros do Conselho não serão remunerados, considerando seu trabalho, porém, como serviço público relevante.

**Parágrafo 4º** - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

**Parágrafo 5º** - Os Membros do Conselho perderão o mandato a qualquer tempo, a pedido ou se faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas.

**Parágrafo 6º** - Entende-se por idoso os que tiverem mais de 60 anos.

**Art. 3º** - O Presidente e o Secretário do Conselho, serão eleitos entre seus membros, conforme indicação constando dos itens I a V do Art. 2º da presente Lei.

**Art. 4º** - A posse do primeiro Conselho Municipal de Idoso dar-se-á dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo autorizado, por Decreto, para no prazo de 60 (sessenta) dias, emitir normas de organização do Conselho e regulamentar a presente Lei.

**Art. 6º** - O Conselho Municipal do Idoso fica diretamente ligado ao gabinete do Prefeito Municipal.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

***OTTOMAR DE SOUSA PINTO***
***Prefeito do Município de Boa Vista***

# Diário Oficial do Município de Boa Vista

*Criado pelo Decreto nº 2171, de 12 de abril de 1993.*

*Ano VI Quarta-feira, 22 de dezembro de 1999. n.º 381.*


# ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**
**Gabinete do Prefeito**

## LEI Nº 494, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.

*Estima a Receita e fixa a despesa do Município de Boa Vista para o Exercício Financeiro de 2000.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA**-RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Boa Vista para o Exercício Financeiro de 2000, discriminado nos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em R$ 45.035.000,00 (quarenta e cinco milhões e trinta e cinco mil reais).

**Art. 2º** - As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, inclusive transferências feitas pela União e pelo Estado de Roraima, previstas na legislação vigente, são estimadas com o seguinte desdobramento:

| | |
|---|---|
| I – RECEITAS CORRENTES | R$ 1,00 |
| *a)RECEITA TRIBUTÁRIA* | *7.671.067* |
| *b)RECEITA PATRIMONIAL* | *42.000* |
| *c)RECEITA INDUSTRIAL* | *10.000* |
| *d)TRANSFERÊNCIAS CORRENTES* | *29.019.237* |
| *e)OUTRAS RECEITAS CORRENTES* | *1.352.296* |
| *T O T A L ==>* | *38.094.600* |
| II – RECEITAS DE CAPITAL | R$ 1,00 |
| *a)ALIENAÇÃO DE BENS* | *1.000* |
| *b)TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL* | *6.939.400* |
| *T O T A L ==>* | *6.940.400* |
| ***TOTAL DA RECEITA ==>*** | **45.035.000** |

**Art. 3º** - A Despesa do Poder Legislativo, discriminada nos anexos integrantes desta Lei, é fixada em R$ 5.553.000,00 (Cinco milhões, quinhentos e cinqüenta e três mil reais), com base no estabelecido na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), no § 2º do Art. 6º, da Lei nº 477/99, de 30 de junho de 1999.

**Art. 4º** - A Despesa do Poder Executivo, também discriminada nos anexos integrantes desta Lei, é fixada em 38.882.000 (Trinta e oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), com base no estabelecido no § 2º do artigo 6º da Lei nº 477/99, de 30 de junho de 1999.

**Parágrafo Único** – Fica estabelecida Reserva de Contingência no valor de R$600.000,00 (Seiscentos Mil Reais).

**Art.5º** - A Despesa total, no valor de 45.035.000 (Quarenta e cinco milhões e trinta e cinco mil reais), é fixada segundo a discriminação constante do anexo II, conforme o seguinte desdobramento:

| | |
|---|---|
| I - POR FUNÇÕES | R$ 1,00 |
| *a)LEGISLATIVA* | *5.553.000* |
| *b)ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO* | *12.974.082* |
| *c)AGRICULTURA* | *675.818* |
| *d)DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA* | *41.000* |
| *e)EDUCAÇÃO E CULTURA* | *11.720.000* |
| *f)HABITAÇÃO E URBANISMO* | *6.820.100* |
| *g)SAÚDE E SANEAMENTO* | *3.500.000* |
| *h)TRABALHO* | *300.000* |
| *i)ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA* | *2.310.000* |
| *j)TRANSPORTE* | *541.000* |
| *l)RESERVA DE CONTINGÊNCIA* | *600.000* |
| *S O M A ==>* | *45.035.000* |
| *II - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS* | *x R$ 1,00* |
| *a)DESPESAS CORRENTES* | *37.494.600* |
| *b)DESPESAS DE CAPITAL* | *6.940.400* |
| *c) RESERVA DE CONTINGÊNCIA* | *600.000* |
| *S O M A ==>* | *45.035.000* |
| III - POR ÓRGÃOS | x R$ 1,00 |
| *a)CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA* | *5.553.000* |
| *b)GOVERNADORIA MUNICIPAL* | *1.145.000* |
| *c)PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO* | *36.960* |
| *d)SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO* | *295.518* |
| *e)SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO* | *9.264.000* |
| *f)SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS* | *2.520.522* |
| *g)SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO* | *11.720.000* |
| *h)SEC. MUNICIPAL DE OBRAS URBANISMO* | *4.450.000* |
| *i)SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE* | *3.500.000* |
| *j)SEC.MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL* | *1.250.000* |
| *l)SEC.M.. DE SERV. PÚB.INTERIOR E TRÂNSITO* | *4.860.000* |
| *m)SEC.M.DA INFÂNCIA, JUV. ESPORTE E LAZER* | *440.000* |
| *S O M A* | 44.435.000 |
| n) RESERVA DE CONTINGÊNCIA | *600,000* |
| TOTAL ==> | ***45.035.000*** |

**Art. 6º** - Todas as receitas, vinculadas ou não, e de quaisquer fontes, serão obrigatoriamente recolhidas à Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 7º** - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - estabelecer normas para a realização da despesa, inclusive a programação financeira - Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD- para o exercício de 2000, nas quais fixará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, a fim de que se obtenha o equilíbrio financeiro, nos termos estabelecidos nos Art. 47, 48, 49 e 50, da Lei nº 4.320/64;

II - A realizar operações de crédito por antecipação da receita (ARO), até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, nos termos do § 3º, do Art. 7º, da Lei no. 4.320/64, as quais deverão ser liquidadas no máximo até 31 de dezembro de 2.000.

III - A abrir créditos adicionais suplementares, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da Receita estimada nesta Lei, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e conforme determinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no artigo 21, da Lei nº 477/99, de 30 de junho de 1999.

IV – A incluir, no orçamento do exercício, de forma automática, os recursos provenientes de convênios com órgãos federais e estaduais, bem como os de operações de crédito internas.

Parágrafo Único - Não serão computadas para efeito do limite fixado neste artigo:

a) as despesas relativas a pagamento de pessoal, encargos sociais, vale-transporte, PASEP, inativos e pensionistas.

b) as despesas financiadas com recursos provenientes de convênios

c) os recursos provenientes da Reserva de Contingência.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2000.

**Art. 9º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

**Ottomar de Sousa Pinto**
**Prefeito do Município de Boa Vista**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**
**Gabinete do Prefeito**

## LEI Nº 495, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.

*Alera dispositivos da Lei Complementar nº 459, de 30 de Junho de 1.998, que institui o Código Tributário do Município de Boa Vista e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA-RR**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI**

**Art. 1** - Acrescenta o artigo 74-A, a Lei 459, o qual passa a vigorar

com a seguinte redação:

**Art. 74A -** Fica instituída a Taxa de Inspeção Municipal (TIM), que tem como fato gerador a inspeção em decorrência da atualização cadastral das informações de localização, funcionamento e publicidade de pessoas físicas e jurídicas,

**Art. 2 -** Acrescenta o **§ 2º ao artigo 76 e renumera-se para o § 1º, o atual parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 76** .....

**§. 1º** - Fica estabelecida para a taxa de iluminação pública o limite máximo de 250 UFIR por imóvel, **calculada a partir da testada principal.**

**§ 2º** - Nos imóveis urbanos não edificados será aplicado um redutor de 80% (oitenta por cento) à taxa de iluminação pública, não podendo o valor da mesma exceder o valor do IPTU.

**Art. 3** - O artigo 77 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando - se o parágrafo único.

**Art. 77 -** A Taxa de Inspeção Municipal ( TIM ) será lançada nos termos do itens 1 e 2 da tabela III, e as taxas referidas no artigo 74, serão lançadas, anualmente, com base nos dados do cadastro imobiliário tributário, preferencialmente em conjunto com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU.

**Parágrafo Único:** O contribuinte que não atualizar as suas informações cadastrais, conforme especifica o **§ 1º** do artigo **80** e do parágrafo **2º** do artigo **81**, dentro do prazo estipulado sofrerá multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa, e caso não proceda sua atualização por dois períodos **consecutivos** poderá ter o alvará caçado por ato normativo próprio do Secretário de Finanças do Município.

**Art. 4 -** O artigo **78** da Lei n.º 459 passa a vigorar com a seguinte redação :

**Art. 78 -** Ficam isentos do pagamento da taxa de inspeção municipal os casos relacionados nos artigos 85 e 86 deste código e, do pagamento das taxas a que se refere o artigo 74 os contribuintes mencionados nos incisos I - II - III e do artigo **49** do mesmo código.

**Art. 5** - O caput do artigo **80** da lei 459 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo os **§§ 1º e 2º.**

**Art. 80 -** As licenças para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços serão concedidas em obediência à legislação específica, sob a forma de alvará nos termos da tabela III.

**§ 1º** - O alvará será expedido com prazo de validade indeterminado, obrigando-se a prefeitura a expedi-lo no prazo de 20 (vinte) dias e o contribuinte a atualizar anualmente as suas informações de localização, funcionamento e publicidade junto à Secretaria Municipal de Finanças.

**§ 2º** - O alvará permanente deverá ser exposto em local visível e será apresentado à fiscalização sempre que solicitado.

**Art. 6** - O **§ 2º** e o item I, do artigo **81** passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se o item III.

**Art. 81 ...**

**§ 1º - ....**

**§ 2º** - O licenciado é obrigado à atualizar suas informações cadastrais junto ao órgão tributário, dentro de 30 (trinta) dias, quando houver uma das seguintes ocorrências relativas ao seu estabelecimento:

**I** - alteração da razão social, **endereço**, ou do ramo de atividade.

**II ...**

**III....** alterações de publicidade nos termos do item 2 da tabela III.

**Art. 7 -** O artigo **83** e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 83 -** A taxa de licença será lançada somente no primeiro exercício de concessão, segundo as hipóteses relacionadas na tabela III que integra este código.

**Parágrafo Único:** Seu lançamento será proporcional ao número de meses restantes no ano.

**Art. 8** - O artigo **86,** passa a vigorar acrescido de inciso V.

Art. 86...

I...

II...

III...

IV...

**V -** As instituições de assistência social sem fins lucrativos devidamente cadastradas junto ao município.

**Art. 9 -** O artigo 173 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V.

Art. 173...

I ..

II...

III...

IV...

**V -** 100 % da taxa de licença devida nos casos de obras não licenciadas.

**Art. 10 -** O artigo **217** passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se seus atuais **§ § e inserindo-se o parágrafo único:**

**Art. 217 -** Findo o prazo para a produção de provas ou perempto o direito de apresentar defesa, o órgão tributário proferirá decisão no prazo de até 10 (dez ) dias.

**Parágrafo Único:** A decisão escrita e fundamentada, concluirá pela procedência ou improcedência do auto ou da reclamação contra o lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

**Art. 11 -** Revoga o artigo **218** e seu parágrafo único.

**Art. 12** - Revoga o artigo **219**.

**Art. 13 -** Altera o artigo **220** e acrescenta parágrafo único que passam a ter a seguinte redação:

**Art. 220 -** Da decisão de primeira instância, caberá recurso ao titular da Secretaria de Finanças ou a quem for delegada a competência, no prazo de 10 ( dez) dias contados da ciência da decisão.

**Parágrafo Único -** O recurso será recebido com efeito suspensivo.

**Diário Oficial do Município de Boa Vista**

**Criado pelo Decreto nº 2171 de 12 de abril de 1993.**

Editado pela Assessoria de Imprensa da Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima (FECEC).

Administração e Redação:
Palácio 9 de julho
Rua. General Penha Brasil s/n.º - São Francisco
Boa Vista - Roraima

Telefone (095) 623 1161 Ramal 30
Telefax (095) 623-1931

O Material para publicação será recebido nos dias úteis até as 17:00 horas.

Diagramado por Jailma Jácome Ribeiro

**Poder Executivo**

**Prefeito**
Ottomar de Sousa Pinto
**Vice-Prefeito**
Clodezir Filgueiras
**Secretários Municipais**
**Secretário Municipal de Administração**
José Evandro Moreira
**Secretária Municipal de Educação**
Ilma de Araújo Xaud
**Secretária Municipal de Saúde**
Marisa Natália Pinto Herrera
**Secretário Municipal de Obras e Urbanismo**
Aécio Medeiros
**Secretária Municipal de Desenvolvimento Social**
Antônio de Brito Sobrinho
**Secretário Municipal de Planejamento**
Haroldo Eurico Amóras dos Santos
**Secretário Municipal de Finanças**
Samir de Castro Hatem
**Secretário Municipal de Serviços Público Interior e Trânsito**
Vilson Pedro Leonardi
**Procurador Geral do Município**
Joaquim Pinto Souto Maior Neto
**Presidente da EMHUR**
Ecildon de Souza Pinto
**Presidente da FECEC**
Hildebrando Solano Neves Falcão
**Assessor de Comunicação Social**
Rui Oliveira Figueiredo

**Art. 14** - Altera o item i da tabela III.

1 – TAXAS DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E INSPEÇÃO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTOS POR ÁREA CONSTRUÍDA ($m^2$)

| | |
|---|---|
| Até 50 | 50 |
| de 51 a 100 | 75 |
| de 101 a 250 | 150 |
| de 251 a 500 | 375 |
| de 501 a 750 | 750 |
| de 751 a 1000 | 1500 |
| acima de 1000 | 3000 |

**Art. 15** - Exclui os itens 3.4 e 3.5 da tabela III.

**Art. 16** - Revoga - se a Lei 447 de 29 de janeiro de 1.998, que instituía a "Junta de Recursos Fiscais".

**Art. 17** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

**Ottomar de Sousa Pinto**
**Prefeito do Município de Boa Vista**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**
**Gabinete do Prefeito**

## LEI Nº 496, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.

***"Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 380.000,00 (Trezentos e Oitenta Mil Reais)".***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA - RR,** faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1°** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), para atender despesas inadiáveis, tendo por fonte o ingresso de recursos originários do pagamento parcial de dívida do Estado de Roraima para com o Município de Boa Vista.

**Art. 2°** - A abertura do Crédito Adicional Suplementar dar-se-á conforme as exigências dos Arts. 42 e 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3°** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

**Ottomar de Sousa Pinto**
**Prefeito do Município de Boa Vista**

# Poder Legislativo

*Presidente:*
***Sônia Maria Bacelar Ferreira.***
*Vice-Presidente:*
***Jesus Nazareno Laranjeira.***
*Primeiro Secretário:*
***Antônio Francisco Beserra Marques.***
*Segundo Secretário:*
***Alfonso Rodrigues do Vale.***

*Braz Assis Behnck, Eugênia Glaucy Moura Ferreira, Ilka Macedo Mala, José Ivanildo de Souza Pereira, Maria da Conceição Ventura, Natanael Alves do Nascimento, Otília Natália Pinto Latgê, Otoniel Ferreira de Souza, Teresa Cristina Nogueira Paim, Maria de Lourdes Pinheiro, Parimé Brasil, Jader Linhares e Vingtun Gouveia Praxedes.*

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**
**Gabinete do Prefeito**

## LEI Nº 497, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.

***Dispõe sobre: "Cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências"..***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR,** faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:

**I** – formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

**II** – estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;

**III** – propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

**IV** – incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

**V** – estimular a elaboração de projetos que tenham em mira a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;

**VI** – examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos;

**VII** – elaborar seu regimento interno.

**Art. 2°** - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 12 (doze) membros nomeados pelo Prefeito, sendo:

**I** – 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

**II** – 3 (três) representantes de Secretarias municipais – Saúde, Educação e Desenvolvimento Social;

**III** – 1 (um) representante da Fundação de Educação Ciência e Cultura de Roraima;

**IV** – 4 (quatro) representantes da sociedade civil que integrem grupos organizados da terceira idade; e

**V** – 3 (três) representantes de entidades ou associações que se dediquem à trabalhos com idosos.

**Parágrafo 1º** - Os Conselheiros de que trata o inciso II e III serão indicados pelos titulares de cada área dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos do idoso.

**Parágrafo 2º** - Os Conselheiros de que trata o inciso IV e V serão indicados, pelos grupos de terceira idade, dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertencem.

**Parágrafo 3º** - Os Membros do Conselho não serão remunerados, considerando seu trabalho, porém, como serviço público relevante.

**Parágrafo 4º** - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

**Parágrafo 5º** - Os Membros do Conselho perderão o mandato a qualquer tempo, a pedido ou se faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (intercaladas).

**Parágrafo 6º** - Entende-se por idoso os que tiverem mais de 60 anos.

**Art. 3º** – O Presidente e o Secretário do Conselho, serão eleitos entre seus membros, conforme indicação constando dos itens I a V do Art. 2º da presente Lei.

**Art. 4º**. – A posse do primeiro Conselho Municipal de Idoso dar-se-á dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo autorizado, por Decreto, para no prazo de 60 (sessenta) dias, emitir normas de organização do Conselho e regulamentar a presente Lei.

**Art. 6º** - O Conselho Municipal do Idoso fica diretamente ligado ao gabinete do Prefeito Municipal.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

**Ottomar de Sousa Pinto**
**Prefeito do Município de Boa Vista**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**
**Gabinete do Prefeito**

## LEI Nº 498, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.

*Modifica o nome da Rua L-18, no Bairro Paraviana, para Rua MARIA LUIZA GALINDO MALAQUIAS, ou simplesmente: "RUA LUIZA MALAQUIAS".*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR,** faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º-** A Rua L-18, no Bairro Paraviana, nesta cidade, passa a denominar-se: **"Rua Luíza Malaquias".**

**Art. 2°** - As numerações dos imóveis situados nessa rua permanecerão inalteradas.

**Art. 3°** - Fica o Poder Executivo Municipal responsável em adotar providências para a colocação das placas de identificação da rua.

**Art. 4°** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

**Ottomar de Sousa Pinto**
**Prefeito do Município de Boa Vista**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**
**Gabinete do Prefeito**

## LEI Nº 499, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.

*Autoriza o Poder Executivo Municipal a descaracterizar o Bem Público Comum e das outras providências.*

**O Prefeito do Município de Boa Vista - RR**, no usos de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a descaracterizar o bem público de uso comum, trecho da rua C55, Entre Av. Ataíde Teive e Rua Z-8, com área de 2.250 m² (dois mil, duzentos e cinqüenta metros quadrados), tornando-o bem patrimonial disponível, possibilitando a unificação das quadras 41 e 42, do bairro Jardim Equatorial, para fins de implantação do Projeto Arquitetônico – Espaço Educativo Escola Padrão – 12 sala de aula.

**Art. 2º** - Fica o setor competente do Município, Divisão de Cadastro Fiscal, encarregado de efetuar as respectivas alterações cadastrais.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

**Ottomar de Sousa Pinto**
**Prefeito do Município de Boa Vista**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**
**Gabinete do Prefeito**

## LEI Nº 500, DE 21DE DEZEMBRO DE 1999.

*Dispõe sobre o Transporte Escolar, Turístico, Cultural e Privado mediante fretamento.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR,** faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º-** Fica autorizada a prestação de serviços de transporte escolar, turístico, cultural e privado, mediante fretamento, com percursos ou itinerários entre os pontos de origem e destino dentro do Município de Boa Vista.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no "caput" considera-se:

**I** – transporte Escolar é aquele prestado para conduzir o aluno entre a residência e o estabelecimento de ensino em que esteja regularmente matriculado, podendo ser cobrado do aluno, mensalidade ou mediante contrato de prestação de serviços firmado com o estabelecimento de ensino;

**II** – transporte Turístico e Cultural é aquele prestado para conduzir grupos de pessoas com propósito de turismo ou para evento cultural ou religioso, contratado por pessoa jurídica ou autônoma e sem cobrança individual de passageiros.

**III** – transporte privado mediante fretamento é aquele prestado para conduzir empregados de pessoa jurídica, da residência até o local de trabalho e contratado pelo empregador, através de contrato de prestação de serviços, sem a cobrança individual aos passageiros.

**Art. 2** – Os serviços citados no artigo anterior poderão ser prestados por veículos do tipo ônibus, microônibus e utilitários modelo "van" ou "kombi" e assemelhados devidamente registrados no órgão próprio da Prefeitura Municipal de Boa Vista, desde que atendam as exigências do Código Nacional de Trânsito e da Legislação de trânsito local.

**§ 1°** - Os serviços serão operados por pessoas físicas ou jurídicas, devidamente inscritas no cadastro fiscal da Prefeitura Municipal de Boa Vista, e que comprovem serem legítimos proprietários do veículo quando se tratar de pessoa física.

**§ 2°** - Os veículos destinados a prestarem os serviços enumerados no Art. 1°, deverão estar registrados, licenciados e emplacados neste Município.

**§ 3°** - Para a autorização da prestação dos serviços previstos nesta Lei, juntamente com os requisitos necessários, será exigida a inexistência de débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual e Nacional.

**§ 4°** - Aos sábados, domingos, feriados e férias escolares, o transporte escolar poderá ser utilizado para frete alternativo, ficando expressamente proibido o tráfego dentro do perímetro urbano.

**Art. 3°** - É proibido expressamente:

**I** – utilizar os veículos destinados aos serviços enumerados no Art. 1°, para o transporte público coletivo remunerado de passageiros;

**II** – utilizar os terminais rodoviários, paradas de ônibus e pontos de táxis para a execução dos serviços.

**Parágrafo Único** – A inobservância do disposto nesta Lei acarretará:

**a)** a perda da autorização do Poder Público;

**b)** apreensão do veículo ao depósito destinado a tal fim, pela Prefeitura Municipal de Boa Vista;

**c)** multa prevista na legislação municipal e no Código Brasileiro de Trânsito.

**Art. 4°** - Os veículos utilitários modelo "van" ou "kombi" e assemelhados para execução dos serviços expressos no art. 1°, deverão conter em suas laterais e traseira, uma faixa, cujas características estão definidas no artigo 136, inciso III do Código Nacional de Trânsito.

**Parágrafo Único** – Além das inscrições específicas, nas faixas deverão conter de forma legível, o número da autorização fornecido pela Prefeitura de Boa Vista.

**Art. 5°** - Durante a execução dos serviços, os condutores deverão portar uma via do contrato com o devido registro na Prefeitura e uma lista nominal dos passageiros transportados.

**Parágrafo Único** – Em se tratando de Transporte Escolar e durante a sua execução, os condutores deverão portar em local visível além do alvará de Transporte Escolar, lista nominal das crianças com a devida autorização dos pais ou responsáveis.

**Art. 6°** - A prestação dos serviços que trata a presente lei sem a devida autorização do poder público competente sujeitará o infrator ao recolhimento do veículo ao depósito da Prefeitura até a sua devida regularização.

**Art. 7°** - Os veículos que já estejam prestando os serviços listados no Art. 1°, terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem, sob pena de serem enquadrados no Art. 3°, Parágrafo Único, "c", desta Lei.

**Art. 8°** - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a aplicar parcela do produto da arrecadação, decorrente das infrações expressas na presente lei, na melhoria do sistema de trânsito municipal, inclusive educação do trânsito, com a produção de cartilhas, folders, outdoors, placas, para orientação dos cidadãos sobre cuidados com o trânsito.

**Art. 9°** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10** – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, em 21 de dezembro de 1999.

**Ottomar de Sousa Pinto**
**Prefeito do Município de Boa Vista**

**FECEC - Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**A FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA DE RORAIMA – FECEC,** inscrita no CGC sob o nº 05.607.916/0001 – 28, situada na Dom José Nepote, s/nº, São Francisco, nesta capital, representada por seu Presidente **Profº Hildebrando Solano Neves Falcão,** brasileiro, casado, portador do CIC nº 056.110.835 – 87 e RG nº 395.785, SSP/BA, doravante denominada contratante e **MARINEIDE CRUZ DE CARVALHO,** brasileira, solteira, portadora da C.I. nº 58.894 SSP/RR e CPF. 231.235.672-49, situada na Av. Ataíde Teive, nº 2322, Liberdade, nesta capital, doravante denominada contratada, firmam o presente instrumento cuja celebração foi autorizada nos autos do processo administrativo 0343/99 nas condições e cláusulas.

**Cláusula primeira –** A contratada de acordo com o processo administrativo nº 0343/99 compromete-se a fazer serviços de cabeleireiro, para atender aos eventos da FECEC.

**Cláusula Segunda –** O valor global ajustado para a execução dos serviços ora contratado corresponde R$ 280,00 (duzentos oitenta reais).

Boa Vista-RR, 07 de dezembro de 1999.

**FECEC**
**Contratante**

**Marineide Cruz de Carvalho**
**Contratada**

**FECEC - Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima**

**EXTRATO DE CONTRATO**

A **FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA DE RORAIMA – FECEC,** inscrita no CGC sob o nº 05.607.916/0001 – 28, situada na Dom José Nepote, s/nº, São Francisco, nesta capital, representada por seu Presidente **Profº Hildebrando Solano Neves Falcão,** brasileiro, casado, portador do CIC nº 056.110.835 – 87 e RG nº 395.785, SSP/BA, doravante denominada contratante e **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - ASSEGUP,** Clube estabelecido na Rua Mário Homem, s/nº, Caimbé, nesta capital, neste ato representada por **STÉLIO BARÉ DE SOUZA CRUZ,** brasileiro, portador da C.I nº 9.570 SSP/RR e CPF. 027.835.412-20, doravante denominado contratado, firmam o presente instrumento cuja celebração foi autorizada nos autos do processo administrativo nº 0344/99 nas condições e cláusulas.

**Cláusula primeira –** O objeto do presente contrato é a contratação de um Clube Social, onde será realizado o Concurso da Escolha da Candidata à Rainha dos Ambulantes, conforme processo 0344/99.

**Cláusula Segunda –** O valor do presente contrato é de R$ 300,00 (trezentos reais), a serem pagos de uma só vez, depois da realização do Concurso.

Boa Vista-RR, 07 de dezembro de 1999.

**FECEC**
**Contratante**

**Stelio Baré de Souza Cruz**
**Representante da ASSEGUP**

**FECEC - Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima**

**EXTRATO DE CONTRATO**

A **FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA DE RORAIMA – FECEC,** inscrita no CGC sob o nº 05.607.916/0001 – 28, situada na Dom José Nepote, s/nº, São Francisco, nesta capital, representada por seu Presidente **Profº Hildebrando Solano Neves Falcão,** brasileiro, casado, portador do CIC nº 056.110.835 – 87 e RG nº 395.785, SSP/BA, doravante denominada contratante e **LIDER PUBLICIDADE,** firma estabelecida na Rua Coronel Mota, 1644, Centro, nesta capital, CGC 84.014.224/0001-42, neste ato representada por **ROSIMILDO DA SILVA FRANÇA,** brasileiro, solteiro, publicitário, portador do CIC 225.127.992-04 e CI. Nº 57.697 SSP/RR, doravante denominado contratado, firmam o presente instrumento cuja celebração foi autorizada nos autos do processo administrativo nº 0345/99 nas condições e cláusulas.

**Cláusula primeira –** O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para confeccionar candelabros e painéis de ferro para atender o evento do Portal do Milênio, conforme processo 0345/99.

**Cláusula Segunda –** O valor do presente contrato é de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), a serem pagos de uma só vez, depois da execução do serviço.

Boa Vista-RR, 07 de dezembro de 1999.

**FECEC**
**Contratante**

**Rosimildo da Silva França**
**Representante da LIDER PUBLICIDADE**

**FECEC - Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima**

**EXTRATO DE CONTRATO**

A **FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA DE RORAIMA – FECEC,** inscrita no CGC sob o nº 05.607.916/0001 – 28, situada na Dom José Nepote, s/nº, São Francisco, nesta capital, representada por seu Presidente **Profº Hildebrando Solano Neves Falcão,** brasileiro, casado, portador do CIC nº 056.110.835 – 87 e RG nº 395.785, SSP/BA, doravante denominada contratante e **S. B. BERNARDINO,** neste ato representada por **Soraia Brito Bernardino,** portadora da C.I. nº 74.733 SSP/RR e CPF. 382.136.212-04, situada na Av. Santos Dumont, 1203, Sala 01, São Francisco, CGC nº 01.332.687/0001-25, doravante denominada contratada, firmam o presente instrumento cuja celebração foi autorizada nos autos do processo administrativo 347/99 nas condições e cláusulas.

**Cláusula primeira –** A contratada de acordo com o processo administrativo nº 0347/99 compromete-se a prestar serviços de fotocópias coloridas para o convite da apresentação do Portal do Milênio.

**Cláusula Segunda –** O valor global ajustado para a execução dos serviços ora contratado corresponde R$ 300,00 (trezentos reais).

Boa Vista-RR, 07 de dezembro de 1999.

**FECEC**
**Contratante**

**Soraia Brito Bernardino**
**Representante da S. B. BERNARDINO**

**FECEC - Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**A FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA DE RORAIMA – FECEC,** inscrita no CGC sob o nº 05.607.916/0001 – 28, situada na Dom José Nepote, s/nº, São Francisco, nesta capital, representada por seu Presidente **Profº Hildebrando Solano Neves Falcão,** brasileiro, casado, portador do CIC nº 056.110.835 – 87 e RG nº 395.785, SSP/BA, doravante denominada contratante e **LUIZA CARMEM BRASIL,** brasileira, casada, portadora da C.I. nº 7.562 SSP/RR e CPF. 144.572.882-68, situada na Rua Barreto Leite, s/nº, Centro, nesta capital, doravante denominada contratada, firmam o presente instrumento cuja celebração foi autorizada nos autos do processo administrativo 0349/99 nas condições e cláusulas.

**Cláusula primeira –** A contratada de acordo com o processo administrativo nº 0349/99 compromete-se a confeccionar arranjos com anjos, para atender aos eventos natalinos.

**Cláusula Segunda –** O valor global ajustado para a execução dos

serviços ora contratado corresponde R$ 3.555,00 (três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).

Boa Vista-RR, 07 de dezembro de 1999.

**FECEC**
**Contratante**

**Luiza Carmem Brasil**
**Contratada**

## FECEC - Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima

### DESPACHO

**PROCESSO NUP 0344/99**
**ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação**

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, referente as despesas com o aluguel de 01 (um) clube para a realização do evento Rainha dos Ambulantes no dia 28/12/99, conforme consta no processo em epígrafe, o qual solicita autorização para emissão de empenho **ordinário,** no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no disposto do inciso X Art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Sendo assim, em fundamento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da FECEC.

Boa Vista - RR, 07 de dezembro de 1999.

**Fátima Maria Moreira Leite**
**Diretora Executiva**

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93 referente a Inexigibilidade de Licitação para serviço que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial do Município, de conformidade com a exigência contida no mesmo Art. 26 da Lei supra mencionada no prazo de 05 (cinco) dias, do presente despacho.

Boa Vista - RR, 07 de dezembro de 1999.

**Hildebrando Solano Neves Falcão**
**Presidente**

FECEC

BOA VISTA
Nossa feliz cidade.